



**SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO  
REQUERIMENTO Nº 63/2019**

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Ubiratã, Paraná, 07 de fevereiro de 2019

A secretaria supracitada, representada neste ato pela Senhora Secretária Eliane Omori Duarte, vem por meio do presente requerimento solicitar a abertura de procedimento licitatório para **PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO VEICULAR PARA CONSORCIO DO VEÍCULO FIAT TORO FREEDOM 2018 - FROTA 187, REFERENTE AO SINISTRO OCORRIDO NA DATA DE 21 DE JANEIRO DE 2019**, de acordo com as especificações abaixo descritas.

**I – DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

Considerando que o procedimento licitatório somente poderá ser realizado se comprovado o interesse público e que a justificativa do processo licitatório é a comprovação de legalidade e conveniência de uma licitação, a contratação do objeto em epígrafe encontra fundamento conforme abaixo descrito:

Visando auxiliar na proteção e integridade dos servidores municipais no exercício de suas atividades pertinentes, tanto para o município quanto aos respectivos motoristas ou a terceiros, além de minimizar os riscos e despesas de possíveis perdas patrimoniais, o município possui seguro veicular para a frota municipal, conforme Processo Licitatório Nº 4056/2018, Contrato Nº 195/2018. Na data de 21 de janeiro de 2019, por volta das 15h17min, no cruzamento da Rua Paraná com Avenida Nilza de Oliveira Pipino, o veículo Fiat Toro Freedom – Frota 197, conduzido por servidora municipal, desviou de ciclistas e colidiu com outro veículo. Diante dos fatos, a seguradora foi acionada e o presente procedimento é destinado ao pagamento da franquia constante na apólice do seguro para conserto do mesmo.

**II – DOS RESPONSÁVEIS PELO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:**

Indicamos como Presidente do processo a servidora Eliane Omori Duarte.  
Por fim, com o intuito de fiscalizar a execução da contratação decorrente do procedimento licitatório, indicamos a servidora Larissa Speiss Peterline, no uso de suas atribuições, atuar como Fiscal do Contrato.

**III – DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA**

Para composição do preço de referência para a abertura de procedimento licitatório, foi utilizado o valor da franquia veicular constante na apólice de seguro do Processo Licitatório Nº 4056/2018. Desse modo, a empresa MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS, inscrita no CNPJ Nº 72.358.195/0001-57, foi indicada como a oficina autorizada pela Seguradora, cumprindo com sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista de acordo com o previsto em Lei, a qual pode ser verificada na documentação em anexo.

**IV – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Diante da real necessidade do objeto em questão, a fim da composição do Termo de Referência do Edital do procedimento licitatório a ser realizado, encaminho em anexo a descrição dos itens, com seus



respectivos valores e quantitativos, assim como as condições de execução/aquisição e prazo de vigência da contratação.

**V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com a finalidade de prever os recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes do procedimento licitatório, indico, de acordo com a relação de despesas da presente secretaria, a seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSO	VALOR DA DESPESA
0801	4104	339039190400	Serviços gerais de mecânica veicular	Próprio	10.287,68

Solicito a Secretaria de Finanças do município à conformidade da utilização da dotação acima descrita, bem como a previsão de recurso financeiro para realização do procedimento licitatório.

**VI – DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Com base no constante no Termo de Referência, solicito à Secretaria de Finanças e Planejamento que confirme se há previsão orçamentária e recursos financeiros para cumprimento das obrigações.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	RECURSO FINANCEIRO
SIM <input checked="" type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/>
NÃO <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>

De acordo com a

Rita Soares Neta Figueiredo  
Secretária de Finanças

SECRETARIA DE FINANÇAS  
Carimbo e Assinatura

CONTRADOR (A)  
CFC Nº  
Pricila Viana Barato  
CRC-PR 072.968/0-6  
CPF: 060.211.979-08

**VII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Assim sendo, comprovado o interesse público, o objeto em questão, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira para cumprimento das obrigações decorrentes, solicito a autorização para abertura de procedimento licitatório nos moldes legais de acordo com as condições elencadas no presente requerimento.

SECRETÁRIO SOLICITANTE

**VIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Eliane Omori Duarte  
Secretária de Assistência Social  
CPF: 236.063.479-87



Rosemar da Silva Ribeiro  
CPF 054.446.369-12



Atendendo a solicitação da secretaria supracitada, mediante verificação do presente documento bem como dos arquivos encaminhados em anexo, considerando o interesse público e a real necessidade da contratação do objeto em epígrafe conforme justificado pela secretaria, considerando ainda que a empresa indicada cumpre os requisitos mínimos para contratação através de licitação dispensável ou inexigível, eu, Haroldo Fernandes Duarte, Prefeito desta municipalidade, **AUTORIZO** a realização de procedimento licitatório.

**HAROLDO FERNANDES DUARTE**  
Prefeito



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

Diante do planejamento e da real necessidade do objeto em questão, a fim da composição do Termo de Referência do Edital do procedimento licitatório a ser realizado, segue a descrição dos itens, com seus respectivos valores e quantitativos:

Código LC	Lote	Item	Descrição	V. Total
33141	1	1	Franquia de seguro veicular decorrente de sinistro ocorrido com o veículo Fiat Toro Freedom 1.8 2018 - Frota 178	10.287,68

Considerando os valores obtidos, o valor total previsto para atender a necessidade da secretaria na contratação do objeto é de:

*R\$-10.287,68 (dez mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos)*

### II – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

A fim de complementar o Termo de Referência, a secretaria supracitada considera que o prazo para execução dos serviços a serem contratados é de 90 (noventa) dias a contar do recebimento pela contratada da Ordem de Serviços.

Considerando o prazo previsto, serviços deverão ser executados no seguinte nas dependências da contratada.

### III – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.

De acordo com o planejamento e necessidade da secretaria, o prazo ideal de vigência da contratação é de 4 (quatro) meses.





Dados para Faturamento:  
Gente Seguradora  
90.180.605/0001-02

CASCO - FIAT - TORO FREEDOM AUT 1.8 16V FLEX 2018

15/02/2019 10:10:44



Sinistro:  
01311900500  
Orçamento:  
87331 - 29/01/19 - 17:06:04

Segurado:  
MUNICIPIO DE UBIARATA  
CPF/CNPJ do Segurado:  
76.950.096/0001-10

Telefone:  
(44) 35438019

Km:  
1,0

Placa:  
BBS-3718

Chassi:  
98822611XJB64380

Mão de Obra:  
R\$ 35,00/h

Reparação:  
R\$ 35,00/h

Desconto:  
20,00%

Valor Segurado:  
R\$ 80.305,00

Combustível:  
0/8










Cor:  
BRANCA

Pintura:  
R\$ 45,00/h

Valor Fipe (0014494):  
R\$ 80.742,00

Dados da Oficina:  
MONTE CARLO - FIAT (Concessionária) - 72.358.195/0001-57  
(44) 35217272 - EDUARDO.D@FIATMONTECARLO.COM.BR  
AV SANTOS DUMONT, 999 99, CIDADE ALTA - Goioerê - Paraná CEP: 87360000

☒ TROCA ☒ R&I REMOÇÃO & INSTALAÇÃO ☒ REPARAÇÃO ☒ PINTURA ☒ ABAIXO DO PADRÃO ☒ ACIMA DO PADRÃO ☒ INCLUSÃO MANUAL ☒ SERVIÇO MANUAL ☒ CÓDIGO DIFERENTE

ÁREA DE IMPACTO 1								
Tipo	Troca / R&I		Pintura	Reparação	Serviço	Forn. Oficina	Forn. Seguradora	Total
Totais em Impacto	R\$ 434,00 12,40		R\$ 855,00 19,00	R\$ 315,00 9,00	R\$ 1.396,00	R\$ 13.550,05	-	R\$ 16.550,05
Totais em Sem Cobertura	-		-	-	-	-	-	-
Totais em Sob Análise	-		-	-	-	-	-	-
ITENS DO TIPO IMPACTO - ÁREA DE IMPACTO 1								
Operações	Qtd	Código	Título		Fornecimento	Preço	Desconto	Preço Líquido
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	52018470	ABSORVEDOR DE IMPACTO DIANT		Oficina	R\$ 239,46	20,00%	R\$ 191,57
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51961973	ALOJAMENTO DO FAROL DIR		Oficina	R\$ 243,61	20,00%	R\$ 194,89
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51942290	 CHAPA FIXACAO E		Oficina	R\$ 95,36	20,00%	R\$ 76,29
<input checked="" type="checkbox"/> 0,50	1	51966751	CONDENSADOR DO A/C		Oficina	R\$ 2.282,51	20,00%	R\$ 1.826,01
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51999649	 CONVERGEDOR DE		Oficina	R\$ 263,55	20,00%	R\$ 210,84
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51973251	 DUTO, TOMADA AR		Oficina	R\$ 127,63	20,00%	R\$ 102,10
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51932710	EMBLEMA DA GRADE DO RADIADOR		Oficina	R\$ 130,80	20,00%	R\$ 104,64
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	46531258	 ETIQUETA IDENTI		Oficina	R\$ 6,67	20,00%	R\$ 5,34
<input checked="" type="checkbox"/> 0,30	2	52087936	FAROL DE MILHA		Oficina	R\$ 179,01	20,00%	R\$ 286,42
<input checked="" type="checkbox"/> 0,50	1	51961971	FAROL DIREITO		Oficina	R\$ 632,85	20,00%	R\$ 506,28
<input checked="" type="checkbox"/> 0,50	1	51961972	FAROL ESQUERDO		Oficina	R\$ 632,85	20,00%	R\$ 506,28
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	100242580	FRISO INF DA GRADE DO RADIADOR		Oficina	R\$ 105,62	20,00%	R\$ 84,50
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	100242579	FRISO SUP DA GRADE DO RADIADOR		Oficina	R\$ 100,06	20,00%	R\$ 80,05
<input checked="" type="checkbox"/> 0,30	1	100230618	GRADE DO RADIADOR		Oficina	R\$ 327,83	20,00%	R\$ 262,26
<input checked="" type="checkbox"/> 0,30	1	52015785	LANTERNA AUXILIAR DIANT DIR		Oficina	R\$ 707,97	20,00%	R\$ 566,38
<input checked="" type="checkbox"/> 0,30	1	52015795	LANTERNA AUXILIAR DIANT ESQ		Oficina	R\$ 707,97	20,00%	R\$ 566,38
<input checked="" type="checkbox"/> 0,20	1	100240401	MOLDURA DIR DO PARACHOQUE DIANT		Oficina	R\$ 100,09	20,00%	R\$ 80,07
<input checked="" type="checkbox"/> 0,20	1	100240402	MOLDURA ESQ DO PARACHOQUE DIANT		Oficina	R\$ 100,09	20,00%	R\$ 80,07
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	100240402	 MOLDURA FAROL A		Oficina	R\$ 100,09	20,00%	R\$ 80,07
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	100230618	 MOLDURA FRONTAL		Oficina	R\$ 327,83	20,00%	R\$ 262,26
<input checked="" type="checkbox"/> 2,00	1	51960434	PAINEL DIANTEIRO		Oficina	R\$ 3.311,40	20,00%	R\$ 2.649,12
<input checked="" type="checkbox"/> 0,50	1	100230617	PARACHOQUE DIANT INFERIOR		Oficina	R\$ 470,81	20,00%	R\$ 376,65
<input checked="" type="checkbox"/> 0,50	1	52044597	PARACHOQUE DIANT INTERNO		Oficina	R\$ 2.081,42	20,00%	R\$ 1.665,14
<input checked="" type="checkbox"/> 1,00 <input checked="" type="checkbox"/> 4,00	1	7090501	PARACHOQUE DIANT PRIMER		Oficina	R\$ 1.491,76	20,00%	R\$ 1.193,41
<input checked="" type="checkbox"/> 1,00	1	51987829	RADIADOR		Oficina	R\$ 994,26	20,00%	R\$ 795,41
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51961973	 SUPORTE FAROL D		Oficina	R\$ 243,61	20,00%	R\$ 194,89
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51961974	 SUPORTE FAROL E		Oficina	R\$ 243,61	20,00%	R\$ 194,89
<input checked="" type="checkbox"/> -	1	51979494	 SUPORTE PARA-CH		Oficina	R\$ 22,43	20,00%	R\$ 17,94



T -	1	100240645	TAMPÃO DO PARACHOQUE DIANT	Oficina	R\$ 24,92	20,00%	R\$ 19,94
T -	1	51947138	TRAVESSA INFER	Oficina	R\$ 462,45	20,00%	R\$ 369,96
R&I 4,00	1		REMOÇÃO INSTALAÇÃO PERIFERICOS	Oficina	-	-	-
R 1,00 P 5,00 ↓	1		CAPÔ	Oficina	-	-	-
R 2,00 P 4,00	1		PARALAMA DIANT DIR	Oficina	-	-	-
R 2,00 P 4,00	1		PARALAMA DIANT ESQ	Oficina	-	-	-
R 2,00 P 1,00 ↑	1		REFORÇO ANT DA LONGARINA DIANT DIR	Oficina	-	-	-
R 2,00 P 1,00 ↑	1		REFORÇO ANT DA LONGARINA DIANT ESQ	Oficina	-	-	-
	1		ADICIONAL PARA ACORDO (VALOR DA HORA R\$ 70,00)	Oficina	R\$ 1.246,00	-	R\$ 1.246,00
	1		CARGA DE GAS	Oficina	R\$ 150,00	-	R\$ 150,00



#### RESUMO GERAL

Tipo	Troca / R&I	Pintura	Reparação	Serviço	Forn. Oficina	Forn. Seguradora	Totais
Totais em Impacto	R\$ 434,00 12,40	R\$ 855,00 19,00	R\$ 315,00 9,00	R\$ 1.396,00	R\$ 13.550,05	-	R\$ 16.550,05
Totais Sem Cobertura	-	-	-	-	-	-	-
Totais em Sob Análise	-	-	-	-	-	-	-

#### Detalhamento de Troca / R&I (Impacto)

Funilaria	R\$ 87,50 2,50
Vidraçaria	-
Tapeçaria	R\$ 77,00 2,20
Elétrica	R\$ 77,00 2,20
Mecânica	R\$ 52,50 1,50

#### Peças e Serviços (Impacto)

Bruto Peças	R\$ 16.937,53
Desconto	R\$ 3.008,83
Desconto P. Manuais	R\$ 378,65
Peças pela Oficina	R\$ 13.550,05
Líquido de Mão de Obra	R\$ 3.000,00

#### Total do Orçamento

Total Geral	R\$ 16.550,05
Franquia	R\$ 10.287,68
Líquido Geral	R\$ 6.262,37

#### CONCLUSÃO

Tipo de Conclusão: Autorizado | Motivo: Conserto do Veículo Autorizado na Oficina | 06/02/2019 - 19:20:21 | Eva da Silva - Gente Seguradora

#### ULTIMOS PARECERES

Fluxo: 1 | Criado por: Eva da Silva - Gente Seguradora | Data de criação: 06/02/2019 - 19:20  
AUTORIZADO

Fluxo: 1 | Criado por: edson escouto - Gente Seguradora | Data de criação: 06/02/2019 - 09:08  
REPAROS AUTORIZADOS EM 06/02/2019

Relatório gerado pelo Sistema Cilia - www.cilia.com.br





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA**  
**CNPJ: 72.358.195/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 04:18:29 do dia 07/02/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/08/2019.

Código de controle da certidão: **ED13.9081.AB59.DA7F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 72358195/0001-57  
**Razão Social:** MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
**Endereço:** AV SANTOS DUMONT 999 / CIDADE ALTA / GOIOERE / PR / 87360-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/01/2019 a 26/02/2019

**Certificação Número:** 2019012801455222616178

Informação obtida em 11/02/2019, às 09:31:33.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ  
SECRETARIA DE FINANÇAS



Data: 11/02/2019 15h23min

Número	Validade
117	13/03/2019

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social \_\_\_\_\_

MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA CNPJ: 72358195000157

Aviso \_\_\_\_\_

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à \_\_\_\_\_

Finalidade \_\_\_\_\_

Mensagem \_\_\_\_\_

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle \_\_\_\_\_

CWNVPRPKMIXAPUHH1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<http://goioere.pr.gov.br/>

Goioerê (PR), 11 de Fevereiro de 2019





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



Página 1 de 1

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 72.358.195/0001-57  
Certidão nº: 167552561/2019  
Expedição: 11/02/2019, às 09:35:32  
Validade: 09/08/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **72.358.195/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA  
CONTRATO SOCIAL



Os abaixo-assinados, NELVIO PERIN, brasileiro, casado do comércio, residente e domiciliado em Cascavel estado do Paraná, na Rua Rio de Janeiro 1110 Portador da Cédula de Identidade Civil sob n: 793.428 - Pr e CPF(MF)n: 015.867.269-00 SUELI TEREZINHA PRESTES PERIN, brasileira, casada, do comércio, residente e domiciliado em Cascavel Paraná, na rua Rio de Janeiro n: 1110, portador da Cédula de Identidade Civil RG n: 1.013.335, Pr e CPF(MF) n: 015.867.269-00, **RESOLVEM**, através deste instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas leis n.ºs 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e 4.726, de 13 de julho de 1.965, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob a denominação social de MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, tendo sua sede e foro em Goioere estado do Paraná, à Av. Santos Dumont N: 999

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo de duração da sociedade é por prazo indeterminado iniciando suas atividades a partir de 01 de Outubro de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital social, inteiramente subscrito e realizado em moeda corrente do país, na importância de cr\$ 4.000.000.000,00 (Quatro bilhões de cruzeiros) dividido em quotas de cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma fica assim distribuídos entre os sócios.

1) O sócio NELVIO PERIN, Subscrive 3.600.000.000 (Três bilhões e seiscentas milhões) de quotas, no valor de CR\$ 3.600.000.000,00 (três bilhões e seiscentas milhões de cruzeiros), a ser integralizado até a data do início de suas atividades.

2) O sócio SUELI TEREZINHA PRESTES PERIN, Subscrive 400.000.000 (quatrocentos milhões) de quotas, no valor de CR\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), a ser integralizado até a data do início de suas atividades.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem por objetivo social o Comércio Varejista de Veículos Novos e Usados, Peças e Acessórios, Derivados de Petróleo, Prestação de Serviços de Assistência Técnica, Consertos e Reparos.





MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS  
CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, inclusive fusão, cisão, incorporação, transformação do tipo jurídico, poderão ser tomadas por decisão unânime dos sócios, consoante a faculdade deferida pelo artigo 62, parágrafo 2º, do decreto-lei n. 57.651 de 1º de janeiro de 1966.

Parágrafo Único: A sociedade só se dissolverá por deliberação da maioria dos sócios que detenham no mínimo 80% (oitenta por cento) do capital social integralizado ou nos casos previstos em lei. Dissolvida a sociedade os sócios elegerão um liquidante prescrevendo-lhe a forma de realização do ativo, liquidação do passivo, para final partilha do acervo líquido, na proporção das quotas que possuírem na sociedade.

CLÁUSULA SEXTA: Por convenção de todos os sócios quotistas, ficam os mesmos proibidos de prestarem individual e pessoalmente avais, fianças ou cauções de favor de terceiros, podendo-lhes ser aplicada, em caso de infração a pena, de exclusão da sociedade, mediante quitação de seus haveres e quotas sociais na forma prevista na cláusula nona.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser transferidas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que já possuírem, excetuando-se cessões e transferências a cônjuge ou descendentes do próprio sócio, desde que aprovada pela maioria do capital social, integrada também pelas quotas do sócio interessado.

CLÁUSULA OITAVA: O sócio que desejar transferir suas quotas, deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhes o preço e forma de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA NONA: O sócio que não concordar com alteração feita no contrato social ou com a decisão da maioria, não poderá arguir a dissolução da sociedade, mesmo que parcialmente, cabendo-lhe a opção entre continuar na sociedade ou receber seus haveres na forma convencionada abaixo.



MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA  
CONTRATO SOCIAL



Parágrafo Primeiro: Os haveres do sócio desistente serão apurados mediante balanço especial levantado para tal fim, no dia da retirada do sócio, com base nos princípios contábeis geralmente aceitos, com exceção dos imóveis pertencentes à empresa que serão avaliados por preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA: A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade será administrada através do sócio, NELVIO PERIN, o qual fica investido na gerência da sociedade, não podendo arguir com responsabilidades alheias ao interesse da sociedade, prestar fianças, avais e endossos de favor, os quais ficam dispensados da prestação de caução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Somente o sócio NELVIO PERIN poderá constituir procuradores para representá-los em seus interesses em todos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Pelos serviços que prestarem a sociedade perceberão os sócios a título de remuneração Pro labore, quantia mensal fixada em comum, a qual será levada à débito de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O ano social coincidirá com o ano civil devendo a 31 de Dezembro de cada ano ser levantado o Balanço geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas que regem a matéria. Os resultados serão divididos entre os sócios, podendo os lucros a critério da sociedade, serem distribuídos ou ficarem em reservas da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros sub-rogados nos direitos e obrigações do de cujos, podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso quinhão respectivo, por uma dentre eles devidamente credenciado pelo demais. Após concluído o inventário a partilha, serão os herdeiros que houverem em pagamento do inventário as quotas do falecido, admitidos como sócios da sociedade desde que aprovado pela maioria do capital social, integradas também pelas quotas do falecido, que serão representados pelo herdeiro mencionado no caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os herdeiros não admitidos na sociedade receberão seus haveres na forma prevista na Cláusula nona.



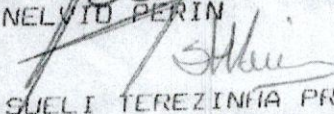
MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA  
CONTRATO SOCIAL



E por assim terem justos e contratados, lavram datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias de igual forma e teor, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros e sucessores a cumprilo em todos seus termos.

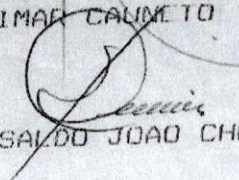
Casçavel, (PR) 23 de Abril de 1993.

  
NELVITO PERIN

  
SUELI TEREZINHA PRESTES PERIN

TESTEMUNHAS

  
EDIMAR CAUNETO

  
ROSALDO JOAO CHEMIN

442.02928105\*

21 JUN 1993





**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE**  
**MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**  
**CNPJ 72.358.195/0001/57 NIRE: 41 2 0292810-5**

**NÉLVIO PERIN**, brasileiro, natural de Marcelino Ramos - RS, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Cascavel - PR, à Rua Rio de Janeiro nº 1110 Edifício Filadélfia Apto 61, centro, CEP 85.806-030, portador da cédula de identidade civil RG nº 723.428 - SSP/PR e do CPF nº 015.867.269-00 e **SUELI TEREZINHA PRESTES PERIN**, brasileira, natural de Guarapuava - PR casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, residente e domiciliada em Cascavel - PR, à Rua Rio de Janeiro nº 1110 Edifício Filadélfia Apto 61, centro, CEP 85.806-030, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.013.335-1 - SSP/PR e do CPF nº 031.236.889-50, únicos sócios componentes da sociedade empresaria **MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA** com sede na Avenida Santos Dumont nº 999 Jardim Cidade Alta na cidade de Goioere estado do Paraná, CEP 87.360-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.02928105 em despacho de 21/06/1993, resolvem assim alterar o contrato primitivo e demais alterações, bem como promover a consolidação do **Contrato Social** de acordo com a Lei nº 10.406 de 10/01/2002, subsidiariamente pela lei 6.404 de 15/12/1976 e conforme cláusulas abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Fica alterado neste ato o endereço de ambos os sócios, para a cidade de Ponta Grossa estado do Paraná, na Rua Prudente de Moraes nº 435, apto 21, Jardim Estrela, CEP 84.040-150.

**CLAUSULA SEGUNDA** - À vista das modificações ora ajustadas e em consonância com o que determina o art. 2.031 da lei nº 10.406/2002, os sócios RESOLVEM por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato Social tornando assim sem efeito a partir desta data as cláusulas e condições do contrato primitivo, assim como de todas as alterações contratuais anteriores, que, adequado às disposições da lei acima referida, aplicável a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**  
**MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**

**NÉLVIO PERIN**, brasileiro, natural de Marcelino Ramos - RS, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Ponta Grossa -PR, à Rua Prudente de Moraes nº 435, apto 21, Jardim Estrela, CEP 84.040-150, portador da cédula de identidade civil RG nº 723.428 - SSP/PR e do CPF nº 015.867.269-00 e **SUELI TEREZINHA PRESTES PERIN**, brasileira, natural de Guarapuava - PR casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, residente e domiciliada em Ponta Grossa -PR, à Rua Prudente de Moraes nº 435, apto 21, Jardim

*[Handwritten signature]*





**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE:**  
**MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**  
**CNPJ 72.358.195/0001/57 NIRE: 41 2 0292810-5**

Estrela, CEP 84.040-150, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.013.335-1 – SSP/PR e do CPF nº 031.236.889-50, únicos sócios componentes da sociedade empresaria **MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA** com sede na Avenida Santos Dumont nº 999 Jardim Cidade Alta na cidade de Goioere estado do Paraná, CEP 87.360-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.02928105 em despacho de 21/06/1993, resolvem assim promover a consolidação do Contrato Social de acordo com a Lei nº 10.406 de 10/01/2002, subsidiariamente pela lei 6.404 de 15/12/1976 e conforme cláusulas abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade gira sob o nome empresarial de **MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA** e é sediada à Av. Santos Dumont nº 999 Jardim Cidade Alta, em Goioere estado do Paraná, CEP 87.360-000.

**CLAUSULA SEGUNDA** – A sociedade iniciou suas atividades em 01 de outubro de 1993 e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência no País ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA QUARTA** – A sociedade tem por objeto social o comércio a varejo de automóveis novos e usados, peças, acessórios e lubrificantes, a prestação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores em geral, assistência técnica e intermediação de negócios.

**CLÁUSULA QUINTA** – O capital social inteiramente subscrito e realizado pelos sócios em moeda corrente do país é de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais) dividido em 1.700.000 (Um milhão e setecentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um) real cada quota, assim distribuídas:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR
Nélvio Perin	90,00	1.530.000	R\$ 1.530.000,00
Sueli Terezinha Prestes Perin	10,00	170.000	R\$ 170.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>1.700.000</b>	<b>R\$ 1.700.000,00</b>

**CLÁUSULA SEXTA** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme dispõe o art. 1052 da Lei 10.406/2002.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a qualquer título a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço na proporção das quotas que já possuem,

*[Handwritten signatures]*





**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE:**  
**MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**  
**CNPJ 72.358.195/0001/57 NIRE: 41 2 0292810-5**

salvo no caso de cessões ou transferências a cônjuge ou a descendentes do próprio sócio, desde que aprovada pela maioria do capital social, integrada também pelas quotas do sócio interessado, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando-se a alteração contratual pertinente, depois de realizada a cessão delas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência a cessão das quotas far-se-á na proporção das quotas que já possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

**CLÁUSULA OITAVA** – As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, inclusive fusão, cisão, incorporação, transformação do tipo jurídico, só poderão ser tomadas por decisão da maioria do capital social, sendo que sua dissolução somente se dará por deliberação da maioria dos sócios que detenham no mínimo 80% (oitenta por cento) do capital social integralizado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso seja dissolvida a sociedade os sócios elegerão um liquidante, prescrevendo-lhe a forma de realização do ativo, liquidação do passivo, para final partilha do acervo líquido, na proporção das quotas que possuírem na sociedade.

**CLÁUSULA NONA** – O sócio que não concordar com alteração feita no contrato social ou com decisão da maioria, não poderá argüir a dissolução da sociedade, mesmo que parcialmente, cabendo-lhe a opção de continuar na sociedade ou receber seus haveres na forma convencionada abaixo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os haveres do sócio desistente serão apurados mediante balanço especial levantado para tal fim, no dia da retirada do sócio, com base nos princípios contábeis geralmente aceitos, com exceção dos imóveis pertencentes à empresa que serão avaliados pelo valor de mercado.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Por convenção de todos os sócios, os mesmos ficam proibidos de prestar individual e pessoalmente avais, fianças ou cauções de favor a terceiros, sendo que em caso de infração desta regra, poderá ser-lhes aplicada a pena de exclusão da sociedade, mediante a quitação de seus haveres na forma prevista na cláusula nona.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A sociedade será administrada individualmente pelo sócio NÉLVIO PERIN, com poderes e atribuições de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, para gerir e administrar os negócios da sociedade representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos

*Handwritten signature and initials.*





**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE:**  
**MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**  
**CNPJ 72.358.195/0001/57 NIRE: 41 2 0292810-5**

objetivos ou defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente, vedado, no entanto este uso em ações ou atividades estranhas ao interesse da sociedade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Cabe ao sócio administrador a faculdade de constituir procuradores ou mandatários da sociedade, nos casos em que se fizer necessário, especificando para tanto, em instrumento próprio os atos, poderes e operações que estes poderão praticar.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Os sócios declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Pelos serviços que prestarem à sociedade os sócios poderão fixar de comum acordo, renda mensal a título de “**pró-labore**”, observando as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Falecendo ou interditando qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – A sociedade mantém a filial que se localiza na Av. Pará, 564 – Centro, na cidade de Cianorte estado do Paraná – Cep. 87.207-006, CNPJ nº 72.358.195/0002-38, NIRE 41 9 0122663-1.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Fica eleito o foro da comarca de Goioerê – PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.





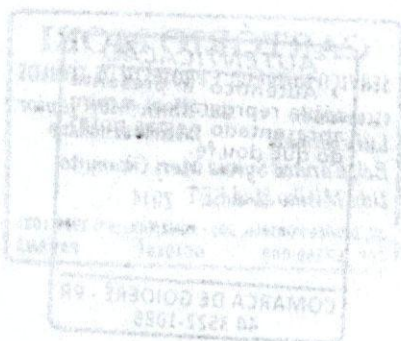
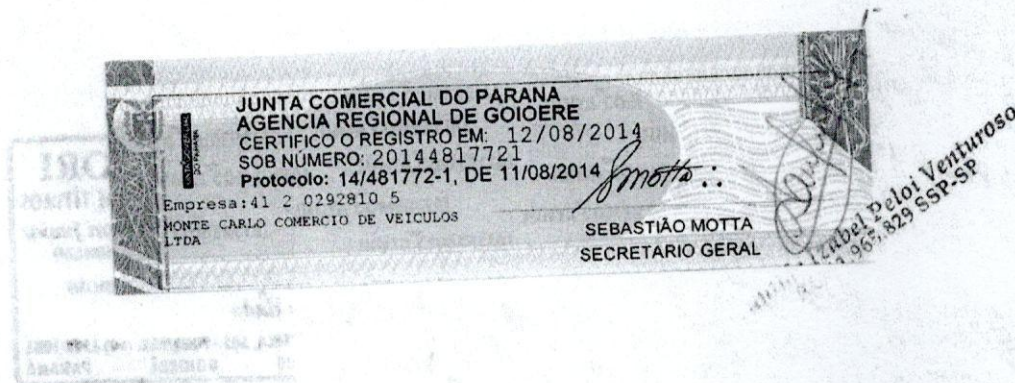
**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE:  
MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA  
CNPJ 72.358.195/0001/57 NIRE: 41 2 0292810-5**

E por estarem justos e contratados entre si, lavram datam e assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Goioere, 30 de julho de 2014.

  
**NÉLVIO PERIN**

  
**SUELI TEREZINHA PRESTES PERIN**







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Serviço Notarial e Registral do Distrito de Piriquireitos

Bel. LEONIDAS MERCER CARNEIRO

OFICIAL

Rua General Cândido Rondon, nº 505 - Nova Rússia - FONE/FAX: (42)3227-5660  
CEP 84070-020 - PONTA GROSSA - PARANÁ



Livro 0149-P Folha 138

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: MONTE CARLO  
COMERCIO DE VEICULOS LTDA a favor de: RODRIGO  
ZEPOLATO PEREZ na forma abaixo:

S/A/I/B/A/M, os que este público instrumento de  
Procuração bastante virem que aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois  
mil e dezessete (24/02/2017), no Distrito de Piriquireitos, Município e Comarca de Ponta  
Grossa, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim Leônidas Mercer Carneiro, Notário  
Publico, compareceu como outorgante: **MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS  
LTDA**, pessoa jurídica com sede na cidade de Goioere-PR na Avenida Santos Dumont nº  
999, Cidade Alta, inscrita no CNPJ nº 72.358.195/0001-57, e filial na cidade de  
Cianorte-PR, estabelecida na Avenida America nº 4978, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob  
nº 72.358.195/0002-38, neste ato representada por seu sócio: **NELVIO PERIN** brasileiro,  
casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG. nº 793.428-SSP-PR e inscrito  
no CPF/MF sob nº 015.867.269-00, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida  
Monteiro Lobato nº 600, Bairro Jardim Carvalho; Conforme 10º Alteração Contratual e  
Consolidação de Contrato, sendo o último ato Registrado na Junta Comercial do Paraná  
a Ata de Reunião dos Sócios em 04/05/2015 sob nº 20152757520, Arquivados nesta  
Serventia em Arquivo Próprio nº 36, às Folhas 285/293; Reconhecida como a própria  
conforme documentos apresentados, do que dou fé, e por ela representante da empresa  
me foi dito que, por este Público instrumento nomeia e constitui seus bastante  
procuradores: **1) RODRIGO ZEPOLATO PEREZ**, brasileiro, casado, comerciante, portador  
da Carteira de Identidade RG nº 6.530.019-SESP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº  
030.460.139-06, residente e domiciliado na Rua Tupis nº 325, Jardim Curitiba, na cidade  
de Goioere-PR; **2) MARCOS ANTONIO BANHARA GINES**, brasileiro, divorciado,  
comerciante, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.248.368-9-SSP-PR e inscrito no  
CPF/MF sob nº 883.990.799-87, residente e domiciliado à Avenida America nº 4.990, apto  
306, na cidade de Cianorte-PR; A quem confere os mais amplos poderes para representar  
individualmente a empresa outorgante, administrar a empresa outorgante e tratar de todos  
os seus negócios; podendo ditos procuradores, representarem a empresa outorgante em  
Juízo ou fora dele, assinando quaisquer documentos que se fizer necessário, realizar  
operações, cauções e descontos, firmando todos os documentos necessários a  
consecução destes atos, levantar depósitos, receber e dar quitação, passar recibos,  
apresentar e retirar documentos, prestar declarações, fazer pagamentos, fazer pedidos de  
mercadorias de seu comercio, fazer vendas de seus produtos, firmar contratos de vendas  
de veículos para efeito de certificados de propriedade perante o DETRAN, requerer, alegar  
e assinar o que se fizer necessário ou exigido em Repartições Públicas em geral, inclusive  
Alfandegárias; podendo ainda, constituir advogados com todos os poderes constantes na  
clausula "AD-JUDICIA" para o foro em geral, fazer cobranças amigáveis ou judiciais,  
dando plena, geral e irrevogável quitação, representá-la em processos de falências e  
concordatas, fazer necessárias declarações e receber rateios, defender a firma outorgante  
inclusive em processos administrativos e fiscais, em qualquer circunstancias; inclusive  
para o fim especial de promover a participação da outorgante em licitações públicas,  
concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações,



LEONIDAS MERCER CARNEIRO

"Tabelião e Oficial do Registro Civil"

Distrito de Piriquireitos - Sede em Nova Rússia

Rua Gen. Cândido Rondon, 505 - Fone: 3227-5660

PONTA GROSSA - PARANÁ

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - QUALQUER ADULTERAÇÃO INVALIDA ESTE DOCUMENTO





reclamações, protestos e recursos, fazer novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, prestar caução, levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas, transigir, desistir e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato, constituir procurador com poderes "ad judicia"; **outrossim poderá somente substabelecer com reserva de poderes, especificadamente em relação a representação em licitações públicas.** Enfim, praticar todos os demais atos indispensáveis ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato, com reserva de iguais poderes para si. **O presente mandato terá validade por dois (02) anos, a contar desta data. Lavrada sob Minuta.** As partes declaram que ficam responsáveis pelas declarações aqui prestadas, isentando esta Serventia de quaisquer responsabilidades. Os procuradores ficam sujeitos a prestação de contas. E de como assim disse do que dou fé e me pediu lavrei este público instrumento que depois de lido e achado conforme, aceita e assina dispensando expressamente a presença e assinatura de testemunhas instrumentárias, conforme determina o Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná. Eu BEL. LEONIDAS MERCER CARNEIRO **NOTARIO** que a subscrevo. Eu AMANDA DE OLIVEIRA **ESCREVENTE** que a digitei. Protocolo Geral 00585/2017 aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete (**24/02/2017**). Custas 384,62VRC ( R\$ 70,00) (selo: R\$ 0,75). (a.)NELVIO PERIN. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé.

Em Testº \_\_\_\_\_ da Verdade

AMANDA DE OLIVEIRA  
ESCREVENTE

CARTÓRIO MORI  
FIRMA  
RECONHECIDA

**FUNARPEN – SELO DIGITAL Nº te79R . MkNPO . CN9kY, Controle: tCr7G . mrdNV**  
Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
TABELIÃO: MARIO MORI JR.

Av. Daniel Portela, 585 - Fone/Fax (41) 3522-1086 / 9979-1086 - CEP: 87360-000 - Goiolré - PR - E-mail: cart.mori@visionet.com.br

SELO DIGITAL: 0sXm . 3Gup8 . 4Yd2M - vnCay . ZzWAY

Consulte o selo em <https://funarpen.com.br>

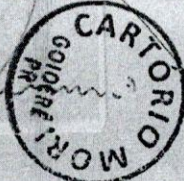
Reconheço o SINAL PÚBLICO de:  
Escritor do SERVIÇO NOTARIAL DE PIRQUITOS da cidade de PONTA  
GROSSA - PR

(SPNLS23)-AMANDA DE OLIVEIRA

Do: \_\_\_\_\_  
Em: \_\_\_\_\_  
Em: \_\_\_\_\_

LUIZ KAMIDE-ESCREVENTE

BEL. MARIO MORI JR.  
Tabelião Designado  
Portaria 23/2009



**LEONIDAS MERCER CARNEIRO**  
"Tabelião e Oficial do Registro Civil"  
Distrito de Piriquitos - Sede em Nova Rússia  
Rua Gen. Cândido Rondon, 505 - Fone: 3227-5660  
PONTA GROSSA - PARANÁ

**CARTÓRIO MORI**  
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO DE TÍTULOS  
ESCREVENTES: Bel. Mario Mori Junior  
TABELIÃO DESIGNADO  
LUIZ KAMIDE  
Bel. Carmen Sylva Mori Okamoto  
Ilda Mitiko Hada  
AV. DANIEL PORTELA, 585 - FONE/FAX: (41) 3522-1086  
CEP: 87360-000 - GOIOLRÉ - PARANÁ



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>72.358.195/0001-57</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>21/06/1993</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados</b> <b>45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores</b> <b>29.50-6-00 - Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores</b> <b>45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores</b> <b>45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores</b> <b>45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores</b> <b>45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores</b> <b>45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores</b> <b>52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>R SANTOS DUMONT</b>	NÚMERO <b>999</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>	
CEP <b>87.360-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>GOIOERE</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>24/09/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **11/02/2019** às **09:33:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão



Prefeitura Municipal de Ubirata



Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	670	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orcamentaria.. =	08.01	Divisao de Assistencia Social	
Funcional..... =	082440018	Assistencia Social	
Projeto/Atividade..... =	2030000	Manutencao das atividades assistenciais.	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recursos..... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2019 ate 07/02/2019

Dotacao Inicial..... =	175.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	47.924,67
Liquidado no Periodo.... =	8.608,07
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	6.227,33
Empenhado ate o Periodo. =	47.924,67
Liquidado ate o Periodo. =	8.608,07
Pago ate o Periodo..... =	6.227,33
A Pagar Processado..... =	2.380,74
A Pagar nao Processado.. =	39.316,60
Total a Pagar..... =	41.697,34
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	127.075,33



## PARECER JURÍDICO

A Assessoria Jurídica do Município de Ubiratã, por meio do seu Assessor Jurídico, devidamente inscrito na OAB/PR, 48.534, vem apresentar Parecer para a abertura de procedimento licitatório para a **Pagamento de franquia de seguro veicular para conserto do veículo Fiat Toro Freedom 2018 - Frota 187, referente ao sinistro ocorrido na data de 21 de janeiro de 2019.**

O objetivo de uma licitação em si é contratar a proposta mais vantajosa para a administração, primando pelos princípios da competitividade, legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, publicidade e eficiência. Licitar é regra, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o art. 2º da Lei 8.666/93.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a sua realização. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra: as Dispensas de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido nos artigos 24 e 25 e seus respectivos incisos da Lei n. 8.666/93, que em um rol taxativo, prevê estritamente as possibilidades de uma contratação direta sem a necessidade de um processo licitatório. Ressalto que o mesmo deve atender ao estabelecido no art. 26 da Lei 8.666/93.

Analisando a solicitação de licitação com os respectivos orçamentos encaminhada pela Secretaria da Assistência Social visando contratação do objeto, indico a adoção de Inexigibilidade de Licitação, baseando no artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

A secretaria necessita do objeto em questão, Visando auxiliar na proteção e integridade dos servidores municipais no exercício de suas atividades pertinentes, tanto para o município quanto aos respectivos motoristas ou a terceiros, além de



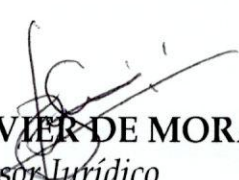
minimizar os riscos e despesas de possíveis perdas patrimoniais, o município possui seguro veicular para a frota municipal, conforme Processo Licitatório N° 4056/2018, Contrato N° 195/2018. Na data de 21 de janeiro de 2019, por volta das 15h17min, no cruzamento da Rua Paraná com Avenida Nilza de Oliveira Pipino, o veículo Fiat Toro Freedom - Frota 197, conduzido por servidora municipal, desviou de ciclistas e colidiu com outro veículo. Diante dos fatos, a seguradora foi acionada e o presente procedimento é destinado ao pagamento da franquia constante na apólice do seguro para conserto do mesmo.

Desse modo, a inexigibilidade de licitação com base no artigo 25, caput da Lei 8.666/93 é viável, pois atende as condições dispostas no referido inciso.

Segundo informa a indicação verifica-se a existência de recursos orçamentários para cumprir com as obrigações decorrentes, conforme dotações especificadas.

Desta forma, a Assessoria Jurídica delibera pela realização do procedimento licitatório, nos moldes elencados no presente parecer.

Ubiratã - Paraná, 11 de fevereiro de 2019.



**DUARTE XAVIER DE MORAIS**  
Assessor Jurídico  
OAB n° 48.534/PR



**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº10/2019**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4301/2019**



**1. OBJETO:**

O presente procedimento refere-se à Pagamento de franquia de seguro veicular para conserto do veículo Fiat Toro Freedom 2018 - Frota 187, referente ao sinistro ocorrido na data de 21 de janeiro de 2019.

**2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO:**

Visando auxiliar na proteção e integridade dos servidores municipais no exercício de suas atividades pertinentes, tanto para o município quanto aos respectivos motoristas ou a terceiros, além de minimizar os riscos e despesas de possíveis perdas patrimoniais, o município possui seguro veicular para a frota municipal, conforme Processo Licitatório Nº 4056/2018, Contrato Nº 195/2018. Na data de 21 de janeiro de 2019, por volta das 15h17min, no cruzamento da Rua Paraná com Avenida Nilza de Oliveira Pipino, o veículo Fiat Toro Freedom - Frota 197, conduzido por servidora municipal, desviou de ciclistas e colidiu com outro veículo. Diante dos fatos, a seguradora foi acionada e o presente procedimento é destinado ao pagamento da franquia constante na apólice do seguro para conserto do mesmo.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:**

A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, Caput da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

**4. CONTRATADA:**

MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS, inscrita no CNPJ sob o nº 72.358.195/0001-57, situada na Avenida Santos Dumont 999, cidade alta na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, CEP nº 87360-000, Telefone nº (44) 3521-7272.

**5. VALOR:**

O valor total do presente procedimento está fixado em R\$-10.287,68 (dez mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

**6. VIGÊNCIA:**

04 meses, a contar da data do presente Termo.

**7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Órgão: 0801

Despesa Orçamentária: 4104

Categoria: 339039190400

Descrição da Despesa: Serviços gerais de mecânica veicular

Fonte de Recurso: Próprio


Considerando as justificativas e fundamentações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubiratã - Paraná, 13 de fevereiro de 2019.





**HAROLDO FERNANDES DUARTE**  
Prefeito

  
**ELIANE OMORI DUARTE**  
Presidente da Comissão de Licitação  
Nomeado Conforme Portaria 68/2019





**EXTRATO DO CONTRATO N° 20/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°10/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 4301/2019**



**1. OBJETO:**

Pagamento de franquia de seguro veicular para conserto do veículo Fiat Toro Freedom 2018 - Frota 187, referente ao sinistro ocorrido na data de 21 de janeiro de 2019.

**2. CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ n.º 76.950.096/0001/10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53.

**3. CONTRATADA:**

MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEICULOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 72.358.195/0001-57, situada na Avenida Santos Dumont 999, cidade alta na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, CEP n.º 87360-000, Telefone n.º (44) 3521-7272.

**4. VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

O valor total do contrato está fixado em R\$-10.287,68 (dez mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

**5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Órgão: 0801

Despesa Orçamentária: 4104

Categoria: 339039190400

Descrição da Despesa: Serviços gerais de mecânica veicular

Fonte de Recurso: Próprio

**6. VIGÊNCIA CONTRATUAL: 04 meses.**

**7. FORO DE ELEIÇÃO: Município de Ubiratã, Estado do Paraná.**

Ubiratã - Paraná, 13 de fevereiro de 2019.





PORTARIA Nº 68, DE 22 DE JANEIRO DE 2019



Constitui Comissão Especial para analisar e julgar modalidade de licitação que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores relacionados abaixo para integrarem Comissão Especial de análise e julgamento de licitação nas modalidades de tomada de preços, concorrência pública e licitações dispensáveis, bem como assinar Avisos, Editais de Abertura, Atas, Dispensas de Licitação e Inexigibilidades correspondentes a cada secretaria, emitindo pareceres atinentes a cada caso, no período de 21.01.2019 a 15.02.2019:

<b>Administração</b>	<b>CPF</b>
Neri Wanderlind	503.040.899-15
Renan Felipe da Silva Lima	065.130.309-51
Sandra Regina Silva Capana	795.287.679-15
Silvana Salvetti	068.238.419-40
<b>Assistência Social</b>	<b>CPF</b>
Altair da Silva Pereira	059.781.849-50
Eliane Omori Duarte	236.063.479-87
Márcia Aparecida Alves Rocha	725.354.159-68
<b>Desenvolvimento Econômico</b>	<b>CPF</b>
Antônio Hideraldo Magron	236.808.659-53
Cleidynei Aparecida da Silva Carvalho	609.542.059-87
<b>Educação e Cultura</b>	<b>CPF</b>
Ariely Amanda Cruz de Paula Vanderlinde	023.862.049-28
Isabela Silva Montanha	069.298.129-27
Rosa Rodrigues de Carvalho	553.706.089-20
<b>Esporte e Lazer</b>	<b>CPF</b>

Nicanor Tadashi Kimura	585.043.039-34
Júlio César Menigite	065.117.929-78
<b>Finanças e Planejamento</b>	<b>CPF</b>
Rita Soares Neta Figueiredo	467.292.759-87
<b>Gabinete do Prefeito</b>	<b>CPF</b>
Osmar Pires da Silva	725.395.009-78
<b>Obras</b>	<b>CPF</b>
Eduardo Felipe Manfé	076.554.089-47
Suely Irene Hellstrom	669.975.859-49
Reginaldo da Silva Retamero	027.651.389-40
<b>Saúde</b>	<b>CPF</b>
Camila Ap. de Souza Ribeiro	064.589.149-54
Viviane Aparecida de Souza	058.151.579-02
<b>Serviços Urbanos e Pavimentação</b>	<b>CPF</b>
Marcos da Silva Retamero	025.142.279-84
<b>Viação e Serviços Rurais</b>	<b>CPF</b>
Nilson Messa	055.560.079-34
Delair Fernando da Luz Maciel	070.952.899-05

**Art. 2º** Fica estabelecido que de acordo com a Secretaria e o objeto de cada Processo Licitatório será formada, dentre os servidores citados no artigo anterior, uma Comissão responsável para análise e julgamento, contendo um Presidente e um Secretário para o certame, e suas assinaturas constarão nos avisos, editais e demais documentos.





**Parágrafo único.** Os servidores designados poderão atuar como Presidente, membro titular ou secretário da comissão.

**Art. 3º** Esta Portaria tem efeitos retroativos a 21.01.2019.


**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE**

**REGISTRE-SE**

**CUMPRA-SE**

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 22 de janeiro de 2019.

  
**Haroldo Fernandes Duarte**  
Prefeito de Ubatã





# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ-PR

SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2019

EDIÇÃO SEMANAL Nº: 1109 - ANO: XIV

Letícia M. P. de A. Cunha  
Estagiária  
CPF: 084.203.259-29

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Balancamento veicular	1	UN.	70,00	70,00
1	2	Alinhamento veicular	1	UN.	70,00	70,00
Total						140,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
2	1	Filtro de Combustível	1	UN.	59,40	59,40
2	2	Anel retentor	1	UN.	14,57	14,57
2	3	Filtro de óleo	1	UN.	31,52	31,52
2	4	Óleo para motor	1	UN.	146,51	146,51
2	5	Filtro de ar condicionado	1	PÇ	69,14	69,14
2	6	Filtro de ar ônix	1	UN.	78,68	78,68
2	7	Aditivo Combustível	1	FR	19,13	19,13
Total						418,95

Ubitatã- Paraná, 12 de fevereiro de 2019  
HAROLDO FERNANDES DUARTE - Prefeito  
NERI WANDERLIND  
Presidente da Comissão de Licitação  
Nomeado Conforme Portaria 68/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4297/2019

1. OBJETO:  
O presente procedimento refere-se à Inscrição em curso de pós graduação de fitoterapia.

2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO:  
Os avanços nas pesquisas relacionadas ao uso das plantas medicinais, das drogas vegetais e dos fitoterápicos influenciaram positivamente na utilização dos mesmos por profissionais da saúde e na implantação de programas oficiais de fitoterapia na rede SUS. No entanto, se verifica a necessidade de aprimoramento para aplicação segura e eficaz dos fitoterápicos, principalmente por não ser comum nos cursos de graduação, por exemplo, de medicina, de enfermagem e de nutrição, a abordagem destes temas como parte da grade curricular. Nesse sentido, faz-se necessária a especialização de ao menos um profissional para dar início a esse tipo de tratamento em nossa rede de serviços. O profissional em questão será: Magaly Botelho Lemes Lopes, que cursará 100% online a pós graduação, por não haver apenas treinamento ou aperfeiçoamento nesta área.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:  
A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, inciso II, bem como no art. 13, inciso VI, da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

4. CONTRATADA:  
VP COMUNICAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.258.110/0001-74, situada na Rua Doutor Alfredo de Castro 200, Andar 4 Conj. 403, Barra Funda, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 01155-060, Telefone nº (11) 2738-3012, e-mail viniciusmpedroso@gmail.com.

5. VALOR:  
O valor total do presente procedimento está fixado em R\$-4.500,00.

6. VIGÊNCIA:  
30 dias, a contar da data do presente Termo.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
Órgão: 0601  
Despesa Orçamentária: 5616  
Categoria: 339039480000  
Descrição da Despesa: SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO  
Fonte de Recurso: 370

8. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

LOTE ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. TOTAL
1	Inscrição em curso de pós graduação em fitoterapia. Carga horária de 370h. 100% on line. Certificação credenciada ao MEC.	1	UN.	4.500,00

Considerando as justificativas e fundamentações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubitatã - Paraná, 12 de fevereiro de 2019.  
HAROLDO FERNANDES DUARTE - Prefeito  
VIVIANE APARECIDA DE SOUZA  
Presidente da Comissão de Licitação  
Nomeado Conforme Portaria 68/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº9/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4298/2019

1. OBJETO:  
O presente procedimento refere-se à Contratação de empresa especializada para prestar serviços de manutenção mensal (atualização e suporte técnico) do sistema ObraControl de propriedade do município.

2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO:  
O sistema ObraControl é de propriedade do Município atende as necessidades de planejamento, orçamento, acompanhamento e fiscalização de obras, bem como, gera automaticamente as informações para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Para que o sistema não fique desatualizado e sem a devida manutenção, faz-se necessária a contratação da empresa DHM Sistemas Ltda, uma vez que o suporte pode ser realizado pela empresa detentora exclusiva dos direitos autorais e comercializadora dos mesmos no mercado.

Ressaltando que o Município necessita somente da contratação da empresa para a manutenção e atualização do sistema já adquirido e que a troca de sistema acarretará em mais custos ao município, tanto na implantação de um novo sistema, quanto no treinamento de servidores públicos e usuários.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:  
A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, caput da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

4. CONTRATADA:  
DHM SISTEMAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.749.157/0001-66, situada na Rua Paraná nº 3986, sala 16 e 17 Edifício Artur G. Boeing, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP nº 85.810-010, Telefone nº (45) 3097-8807.

5. VALOR:  
O valor total do presente procedimento está fixado em R\$-9.679,68 (Nove mil seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

6. VIGÊNCIA:  
A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento de contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração através de aditivo, limitada a 48 meses.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 1101  
Despesa Orçamentária: 5638  
Categoria: 339040110000  
Descrição da Despesa: Locação de softwares

Fonte de Recurso: 0  
Considerando as justificativas e fundamentações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubitatã - Paraná, 12 de fevereiro de 2019.

HAROLDO FERNANDES DUARTE  
Prefeito  
REGINALDO DA SILVA RETAMERO  
Presidente da Comissão de Licitação  
Nomeado Conforme Portaria 68/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº10/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4301/2019

1. OBJETO:  
O presente procedimento refere-se à Pagamento de franquia de seguro veicular para conserto do veículo Fiat Toro Freedom 2018 - Frota 187, referente ao sinistro ocorrido na data de 21 de janeiro de 2019.

2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO:  
Visando auxiliar na proteção e integridade dos servidores municipais no exercício de suas atividades pertinentes, tanto para o município quanto aos respectivos motoristas ou a terceiros, além de minimizar os riscos e despesas de possíveis perdas patrimoniais, o município possui seguro veicular para a frota municipal, conforme Processo Licitatório Nº 4056/2018, Contrato Nº 195/2018. Na data de 21 de janeiro de 2019, por volta das 15h17min, no cruzamento da Rua Paraná com Avenida Nilza de Oliveira Pipino, o veículo Fiat Toro Freedom - Frota 197, conduzido por servidora municipal, desviou de ciclistas e colidiu com outro veículo. Diante dos fatos, a seguradora foi acionada e o presente procedimento é destinado ao pagamento da franquia constante na apólice do seguro para conserto do mesmo.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:  
A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, Caput da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

4. CONTRATADA:  
MONTE CARLO COMÉRCIO DE VEÍCULOS, inscrita no CNPJ sob o nº 72.358.195/0001-57, situada na Avenida Santos Dumont 999, cidade alta na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, CEP nº 87360-000, Telefone nº (44) 3521-7272.

5. VALOR:  
O valor total do presente procedimento está fixado em R\$-10.287,68 (dez mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

6. VIGÊNCIA:  
04 meses, a contar da data do presente Termo.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.  
A Prefeitura Municipal Ubitatã - PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br) no link Jornal Oficial Online.





# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ-PR

6Pág(s)

SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2019

EDIÇÃO SEMANAL Nº: 1109 - ANO: XIV

Órgão: 0801

Despesa Orçamentária: 4104

Categoria: 339039190400

Descrição da Despesa: Serviços gerais de mecânica veicular

Fonte de Recurso: Próprio

Considerando as justificativas e fundações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubatuba - Paraná, 13 de fevereiro de 2019.

HAROLDO FERNANDES DUARTE

Prefeito

ELIANE OMORI DUARTE

Presidente da Comissão de Licitação

Nomeado Conforme Portaria 68/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4270/2019

PREGÃO Nº 8/2019

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

O Prefeito do Município de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve homologar a presente Licitação nos termos abaixo, considerando a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro:

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de preços para aquisição de materiais de chapeação e pintura automotiva destinados a frota municipal.

3. EMPRESA (S) ADJUDICADA (S)

ADJUDICATÁRIA	Nº CNPJ	VALOR GLOBAL
VALDINEI BASICHETTI - TINTAS	01.259.627/0001-24	R\$-29.841,50

4. DATA DE ADJUDICAÇÃO

14 de fevereiro de 2019

5. DATA DE HOMOLOGAÇÃO

14 de fevereiro de 2019

Ubatuba - Paraná, 14 de fevereiro de 2019.

HAROLDO FERNANDES DUARTE

Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4270/2019

PREGÃO Nº 8/2019

1. OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de preços para aquisição de materiais de chapeação e pintura automotiva destinados a frota municipal.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 76.950.096/0001/10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF nº 960.951.728-53.

3. FORNECEDORA

VALDINEI BASICHETTI TINTAS, inscrita no CNPJ nº 01.259.627/0001-24, com sede na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 934, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná. Telefone nº (44) 3543-1106.

4. VALOR REGISTRADO

R\$ 29.841,50 (vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

5. VIGÊNCIA

12 (doze) meses, sem possibilidade de prorrogação.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 0902

Despesa Orçamentária: 2464

Categoria: 339030250000

Descrição da Despesa: Material para manutenção de bens móveis.

Fonte de Recurso: Próprio

7. FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do instrumento contratual.

Ubatuba - Paraná, 14 de fevereiro de 2019.

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4181/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, TENDO POR OBJETO ALTERAÇÃO DE MARCA.

1. OBJETO DA ATA:

Registro de preços para aquisição de medicamentos.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta

Cidade, portador da Cédula de Identidade RG 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF 960.951.728-53.

3. FORNECEDORA

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, estabelecida à Rua Sidney Guerra, nº 283, na cidade de Erechim, Estado do RS, CEP nº 99701-760, Telefone nº (54) 3522-4273.

4. OBJETO DO ADITIVO

Alterar as marcas dos itens 63 e 64 da Ata de Registro de Preços 213/2018 registradas incorretamente, para as marcas constantes na proposta da fornecedora, conforme segue:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
63	Norfloxacino 400mg comprimido	Medquímica	5000	UN.	0,23	1.150,00
64	Paracetamol 300mg + carisoprodol 125mg + diclofenaco de sódio 50mg + cafeína 30mg - comprimido	Geolab	6000	UN.	0,16	960,00

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, todas as cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços não modificadas pelo presente Termo Aditivo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas pelas partes neste ato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor.

Ubatuba, 15 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

Contratante

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Representante Legal

Contratada

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3872/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBIRATÃ - APAE, TENDO POR OBJETO A DILATAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.

1. OBJETO DO CONTRATO:

Contratação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Escola Jesus Menino para atendimento especializado voltado às pessoas com deficiência.

2. CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF 960.951.728-53.

3. CONTRATADA:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBIRATÃ - APAE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 77.845.287/0001-85, estabelecida à Avenida João Medeiros, s/nº, na cidade de Ubatuba - PR, CEP: 85440-000.

4. OBJETO DO ADITIVO

Prorrogar a vigência do contrato em doze meses, passando a vigência do mesmo para 19 de fevereiro de 2020, conforme solicitação da Secretaria da Saúde constante nos autos do processo.

5. PREVISÃO LEGAL

Conforme constante nos autos, a prorrogação fundamenta-se no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, todas as cláusulas e condições do Contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas pelas partes neste ato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor.

Ubatuba, 14 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

Contratante

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBIRATÃ -

APAE

Representante Legal

Contratada

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 274/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4104/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 274/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA M. J. CONSTRUÇÕES LTDA, TENDO POR OBJETO O REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO.

1. OBJETO DO CONTRATO:

Pavimentação poliédrica nas Estradas Amazonas e João Pereira, conforme Convênio nº. 4500047092.

2. CONTRATANTE



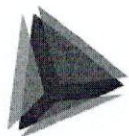
Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.  
A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br) no link Jornal Oficial Online.

Página 6

Início



**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

## Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE UBIRATÁ
Ano*	2019
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	10
Modalidade*	Processo Inexigibilidade
Número edital/processo*	4301
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Descrição Resumida do Objeto*	Pagamento de franquia de seguro veicular para conserto do veículo Fiat Toro Freedom 2018 - Frota 187, referente ao sinistro ocorrido na data de 21 de janeiro de 2019
Dotação Orçamentária*	0800108244001820303390391904
Prego máximo/Referência de preço - R\$*	10.287,68
Data Publicação Termo ratificação	13/02/2019
Data de Lançamento do Edital	
Data da Abertura das Propostas	
Há itens exclusivos para EPP/ME?	<input type="text"/>
Há cota de participação para EPP/ME?	<input type="text"/>
Percentual de participação:	<input type="text"/>
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	<input type="text"/>
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	<input type="text"/>
Data Cancelamento	<input type="text"/>

[Editar](#)[Excluir](#)CPF: 79528767915 ([Logout](#))



Pesquisar...



# Processos Licitatórios



Início (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia>)

/ Processos Licitatórios (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3m9a&nc=46>)

/ Lista

Pesquisar Licitação

TODOS	2019	2018	2017	2016	2015	2014	201	2013
0	2012	2011	2010					

Concorrência Pública ([http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id\\_modalidade=3](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id_modalidade=3))

117

Inexigibilidade ([http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id\\_modalidade=4](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id_modalidade=4))

265

Pregão Presencial ([http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id\\_modalidade=5](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id_modalidade=5))

2013

Tomada de Preço ([http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id\\_modalidade=6](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id_modalidade=6))

89

Dispensa de Licitação ([http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id\\_modalidade=7](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id_modalidade=7))

285

Leilão ([http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id\\_modalidade=8](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id_modalidade=8))

48

Chamada Pública ([http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id\\_modalidade=10](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ab3k9a&nc=46&id_modalidade=10))

21

**Abertura:** 13/02/2019

► **PROCESSO 4301/2019 - INEXIGIBILIDADE 10/2019**

**Publicação:** 13/02/2019

**Modalidade:** Inexigibilidade

**Valor Máximo:** R\$-10.287,68 (dez mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

**Objeto:**

Pagamento de franquia de seguro veicular para conserto do veículo Fiat Toro Freedom 2018 - Frota 187, referente ao sinistro ocorrido na data de 21 de janeiro de 2019.

Anexos



**PUBLICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE**

(<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ablc9a&nc=46&id=23045139>)

**PARECER JURIDICO** (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ablc9a&nc=46&id=23044831>)

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE 10/2019** (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=9acce506ablc9a&nc=46&id=23044830>)

**Abertura:** 12/02/2019

► **PROCESSO 4298/2019 - INEXIGIBILIDADE 9/2019**

**Publicação:** 12/02/2019

**Abertura:** 12/02/2019

► **PROCESSO 4297/2019 - INEXIGIBILIDADE 08/2019**

**Publicação:** 12/02/2019

**Abertura:** 12/02/2019

► **PROCESSO 4294/2019 - INEXIGIBILIDADE 07/2019**

**Publicação:** 12/02/2019

**Abertura:** 07/02/2019

► **PROCESSO 4289/2019 - INEXIGIBILIDADE 6/2019**

**Publicação:** 07/02/2019

**Abertura:** 04/02/2019

► **PROCESSO 4284/2019 - INEXIGIBILIDADE 04/2019**

**Publicação:** 04/02/2019

**Abertura:** 04/02/2019

► **PROCESSO 4286/2019 - INEXIGIBILIDADE 05/2019**

**Publicação:** 04/02/2019

**Abertura:** 29/01/2019

► **PROCESSO 4272/2019 - INEXIGIBILIDADE 02/2019**

**Publicação:** 29/01/2019

**Abertura:** 29/01/2019

► **PROCESSO 4275/2019 - INEXIGIBILIDADE 03/2019**

**Publicação:** 29/01/2019

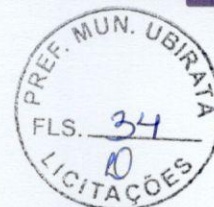
**Abertura:** 28/01/2019

► **PROCESSO 4269/2019 - INEXIGIBILIDADE 01/2019**

**Publicação:** 28/01/2019



**CONTRATO N.º 20/2019**  
**PROCESSO N.º 4301/2019**



**INEXIGIBILIDADE N.º 10/2019**

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro, como **CONTRATADA**, a Empresa **MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 72.358.195/0001-57, situada na Avenida Santos Dumont 999, cidade alta na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, CEP n.º 87360-000, Telefone n.º (44) 3521-7272. Firmam o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas a seguir, sob a égide da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, do Código de Defesa do Consumidor e pelas condições estabelecidas no Pregão Presencial 10/2019, com homologação em 13 de fevereiro de 2019.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **Pagamento de franquia de seguro veicular para conserto do veículo Fiat Toro Freedom 2018 - Frota 187, referente ao sinistro ocorrido na data de 21 de janeiro de 2019.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. Os serviços serão solicitados nas seguintes especificações e quantidades:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	V. TOTAL
1	Franquia de seguro veicular decorrente de sinistro ocorrido com o veículo Fiat Toro Freedom 1.8 2018 - Frota 178.	10.287,68

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATADO**

3.1. O valor global da presente contratação está fixado em R\$-10.287,68 (dez mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

3.2. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0801	4104	339039190400	Serviços gerais de mecânica veicular	Próprio	10.287,68

**4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA**





4.1. A vigência da contratação será de 04 (quatro) meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento de contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS

5.1. O prazo de solicitação de execução dos serviços será de até 05 dias úteis contados da assinatura do contrato.

5.2. O prazo de execução dos serviços será de até 90 dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviços conforme agendamento prévio e liberação do serviço pela seguradora encaminhada pela Divisão de Compras da CONTRATANTE, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no Art.57 § 1º da Lei 8.666/93.

5.3. O prazo para refazimento dos serviços que venham a ser rejeitados será de metade do prazo estipulado para execução.

5.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Local da Execução: Na sede da empresa contratada MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 72.358.195/0001-57, situada na Avenida Santos Dumont 999, cidade alta na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

6.2. A Contratada deverá prestar o serviço com qualidade, conforme especificações e condições estabelecidas neste termo e no orçamento pericial liberado.

6.3. Caso seja constada a necessidade de realizar serviços que não foram anteriormente identificados no laudo, os mesmos serão por conta da seguradora.

6.4. A Contratada deverá cumprir com todas as obrigações constantes no presente Contrato assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes de boa e perfeita execução do objeto.

6.5. A Contratada deverá fornecer todo e qualquer tipo de material necessário para execução dos trabalhos, bem como peças e demais suprimentos, incluindo peças originais ou equivalentes de fábrica.

6.6. Caso seja constatado qualquer tipo de irregularidade ou falha no resultado do serviço, a contratada deverá refazer o serviço e ou substituir as peças sem quaisquer ônus ao Município.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO






7.1. Após a execução do serviço em sua totalidade, os mesmos serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do executado com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não aceitar serviços que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital.

7.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

7.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser refeito no prazo de estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. Quando se tratar de produtos/bens/materiais para mais de uma secretaria da CONTRATANTE a CONTRATADA deverá faturar notas fiscais distintas, sendo uma nota fiscal por secretaria, a qual deverá englobar todas as unidades respectivas à secretaria.

8.3. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do CONTRATANTE, sendo MUNICÍPIO DE UBIRATÁ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.


8.4. Para liberação do pagamento à CONTRATADA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

8.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

8.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## **9. CLÁUSULA NONA - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**





9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) \cdot / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE

10.1. Não se aplica.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES

11.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

12.1 Não se aplica.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1 Não se aplica.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

14.1. São direitos do CONTRATANTE:

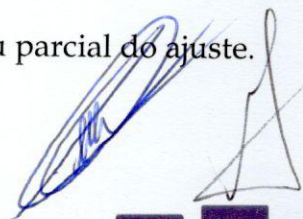
14.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas neste contrato;

14.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

14.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

14.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

14.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.







14.2. São obrigações do CONTRATANTE:

- 14.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;
- 14.2.2. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- 14.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;
- 14.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 14.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;
- 14.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;
- 14.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- 15.2.8. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

14.3. São obrigações da CONTRATADA:

- 14.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 14.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante a entrega ou execução do objeto;
- 14.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 14.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);
- 14.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 14.3.6. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;





14.3.7. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo CONTRATANTE;

14.3.9. Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

14.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

14.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

14.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

14.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas no presente edital.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Caberá ao servidor Eliane Omori Duarte, lotado na Secretaria da Assistência Social a gestão da contratação. A fiscalização ficará a cargo da servidora Larissa Speiss Peterline e como fiscal substituto o servidor Altair da Silva Pereira ambos lotado na Secretaria de Assistência Social.

15.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

15.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

15.4. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.5. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 68/2019.





**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELO INADIMPLEMENTO.**

16.1. Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação contratual, de falha na execução do contrato ou de inexecução total, a CONTRATADA poderá sofrer as seguintes sanções:

16.1.1. Multa de 2% (dois por cento) no caso de atraso injustificado no início ou na execução, execução das etapas ou na entrega do objeto da prestação;

16.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) ao dia no caso de atraso injustificado no início ou na execução, execução das etapas ou na entrega do objeto da prestação;

16.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das penalidades previstas nos itens 16.1.1 e 16.1.2;

16.1.4. Multa de 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante a execução do contrato, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único, em que ocorreu o fato.

16.2. As multas previstas nos itens 16.1.1 e 16.1.2 serão aplicadas concomitantemente.

16.3. As multas previstas nos itens 16.1.1 e 16.1.2 serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.

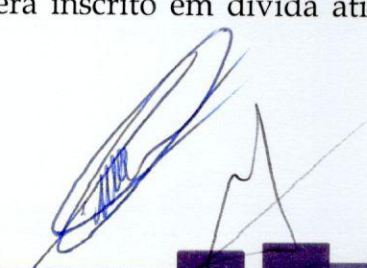
16.4. As multas previstas serão aplicadas sobre o valor da parcela inadimplida, exceto nos casos de inexecução total do contrato.

16.5. Será configurada a inexecução parcial do contrato na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal do contrato e também na hipótese do atraso injustificado na entrega do objeto, previsto nos itens 16.1.1 e 16.1.2.

16.6. Será configurada a inexecução total do contrato na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal e também quando houver atraso injustificado na entrega do objeto.

16.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência prevista no artigo 87, inciso I, da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

16.8. A contratada deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a Contratada tenha direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.







16.9. A aplicação das sanções fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia quando prevista na legislação federal.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. Constituem motivos para rescisão contratual às hipóteses especificadas no artigo 79 da Lei Federal n. 8.666/93, podendo ser:

17.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

17.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

17.1.3. Judicial, nos termos da legislação.

17.2. A rescisão contratual, com base no artigo 78, incisos I a XI, da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, importará à Contratada as seguintes penalidades, independentemente do dever de indenizar o município ou terceiros:

17.2.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

17.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado, cobrada proporcionalmente a etapa ou parcela cumprida, quando não for aplicada concomitantemente sanção de impedimento de licitar ou contratar;

17.2.3. Multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, cobrada proporcionalmente a etapa ou parcela não cumprida, quando for aplicada concomitantemente sanção de impedimento de licitar ou contratar.

17.3. A rescisão contratual decorrerá da abertura de processo de aplicação de penalidade.

17.4. A aplicação das sanções fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia quando prevista na legislação federal.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO**

19.1. Ficam vinculados ao presente contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora da CONTRATADA.



## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - ANTICORRUPÇÃO

20.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- I. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- II. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

20.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

## 21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei n. 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubitatã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubitatã - Paraná, 13 de fevereiro de 2019.





**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito  
Contratante

**MONTE CARLO COMERCIO DE VEICULOS LTDA**  
Representante legal da empresa  
Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

